



Marcelo em visita a Moçambique, a sua "segunda pátria". FOTO ANTONIO SILVA/LUSA

Portugal, de mãos atadas, aguarda sinal de Filipe Nyusi

Intervenção mais robusta só se for pedida por Moçambique. Mas **nem Governo nem Marcelo conseguem demover o Presidente Nyusi** — mesmo estando sob fogo interno

HÉLDER GOMES

O envio de cerca de 60 militares portugueses para a formação das forças especiais moçambicanas poderá ter sido lido como uma resposta ao ataque terrorista da semana passada na vila de Palma, na província de Cabo Delgado. Porém, o anúncio de Augusto Santos Silva na segunda-feira só confirmou em números (aproximados) o reforço da cooperação técnico-militar que o seu colega da Defesa tinha referido já no início de fevereiro. João Gomes Cravinho disse então que o contingente avançaria previsivelmente em abril.

O Governo tem sido cauteloso nas declarações que faz sobre a matéria: a cooperação visa dotar as forças moçambicanas com "as características necessárias para o desempenho da soberania no seu próprio país", disse Gomes Cravinho em fevereiro. Santos Silva foi mandatado pela União Europeia (UE) para preparar a ajuda europeia a Moçambique, tendo visitado o país em janeiro. Esta semana, questionado na RTP se o Governo equacionava uma cooperação mais robusta — não apenas de formação — para reprimir os terroristas em Cabo Delgado, o chefe da diplomacia lembrou que o Presidente moçambicano, Filipe Nyusi, foi "absolutamente claro" quando disse que "são os soldados moçambicanos que têm de defender a terra moçambicana".

A insurgência naquela província do extremo nordeste de Moçambique intensificou-se em 2017. No entanto, foi o ataque de Palma, que matou dezenas de pessoas e feriu um português, a fazer soar os alarmes internacionais. Vários analistas dizem que o mundo só desperdiçou verdadeiramente para um conflito que dura há mais de três anos porque, desta vez, morreram estrangeiros. Em audiência em sede de comissão parlamentar, o deputado social-democrata Duarte Marques afirmou mesmo: "Parece que foi preciso alguns europeus perderem a vida para que o resto do mundo acordasse para um problema que os portugueses — e, não escondo, o Governo — há muito tempo conhecem." Em resposta, Santos Silva garantiu que a sua preocupação "não é de hoje, não é

de ontem, e não é porque houve brancos que foram vítimas", repudiando tais "insinuações torpes".

Marcelo Rebelo de Sousa, que visitou Moçambique em janeiro do ano passado, tem acompanhado a situação em Cabo Delgado através de conversas regulares com o seu homólogo. Ao que o Expresso apurou, a cúpula da política portuguesa dialoga desde 2018 com as autoridades moçambicanas no sentido de apurar a ajuda necessária. Nunca teve a resposta esperada. Santos Silva mostrou-o na audiência parlamentar desta terça-feira: "Eu fui a Moçambique em nome da UE perguntar ao Presidente Nyusi o que é que ele achava que se devia fazer, o que é que ele achava que a UE poderia fazer, o que é que ele achava que Portugal poderia fazer, e é assim, na minha modesta opinião, que nós devemos proceder."

Mas agora a pressão também cai sobre Lisboa: a situação em Moçambique motivou em pouco mais de um ano cinco iniciativas partidárias, sete perguntas ao Governo e um diploma aprovado pelo Parlamento, a recomendar ao MNE que promova o apoio da comunidade internacional a Moçambique. Os partidos proponentes (PS, PSD, BE, CDS, PAN e Chega) recomendaram ao Governo que desenvolvesse todas as diligências junto da UE e das Nações Unidas para o envio de uma missão humanitária de apoio, designadamente no quadro da presidência rotativa do Conselho da UE, que Portugal detém no primeiro semestre deste ano. Mas todos eles, mesmo quando pressionam o Governo de forma mais veemente, acautelam que qualquer ação deverá ser feita "no estrito respeito pela soberania" do Estado moçambicano.

Nações Unidas alertam para a possibilidade de o conflito gerar um milhão de deslocados em Cabo Delgado



Augusto Santos Silva visitou Moçambique em janeiro, mandatado pela UE para preparar a ajuda europeia ao país

Sérgio Sousa Pinto, presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros, sinaliza ao Expresso que "o auxílio está fortemente condicionado pelas autoridades de Moçambique, que têm sido muito pouco entusiasmadas de um envolvimento mais robusto de forças externas ao país, incluindo de Portugal". O socialista acredita que "as medidas adotadas, embora importantes, não serão suficientes", mas são as "consentidas". Pedro Filipe Soares, do BE, lembra "as debilidades do Exército moçambicano", mas ressalva que qualquer entrada de tropas estrangeiras no país sem um pedido expresso constituiria um ato de "agressão". O centrista Telmo Correia refere igualmente a questão da soberania e adianta ao Expresso que o CDS requereu uma audiência parlamentar dos ministros Santos Silva e Cravinho.

As autoridades de Maputo não dão sinais de abertura ao apoio militar que vários países têm oferecido. Há, ainda assim, testemunhos da proliferação de empresas de segurança e de mercenários russos e sul-africanos em Cabo Delgado. Um relatório recente da Amnistia Internacional refere centenas de civis mortos pelo grupo armado Al-Shabaab, pelas forças de segurança governamentais e por uma empresa militar privada contratada pelo Governo. E há também interesses económicos poderosos naquela província, onde se desenvolve o maior investimento multinacional privado em todo o continente africano para a exploração de gás natural.

Nyusi encontra-se sob fogo em várias frentes. A oposição e a sociedade civil moçambicanas têm-no pressionado a aceitar um apoio internacional mais robusto. A ativista Jasmine Opperman afirmou à TSF que o ataque a Palma podia ter sido evitado. "Os serviços de informação avisaram o Governo moçambicano e as embaixadas estrangeiras três dias antes do ataque. Porque é que não se fez nada?", acusou a investigadora do Observatório Cabo Ligado, que acompanha o conflito desde o início.

Para Maria Paula Meneses, investigadora moçambicana do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, "Nyusi terá receio de uma internacionalização do conflito com a presença de tropas estrangeiras". Mas, em conversa com o Expresso, não deixa de criticar o Presidente. "Os regimes atuais falam muito pouco com os cidadãos", aponta. No que apelida de "geopolítica suja", a académica lembra que "a tropa mercenária que lá está é contratada para defender os interesses económicos, não os moçambicanos". De resto, "este é um problema das Nações Unidas e não de Portugal, dos EUA ou de França", defende.

A investigadora concede que a mobilização de um contingente português para a formação das tropas especiais poderá ajudar, mas nunca mais do que isso. E nem é por causa do estatuto de Portugal como antigo colonizador: "Esses anticorpos já estarão, em grande medida, atenuados." E que papel poderá desempenhar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa? Nenhum, atalha Maria Paula Meneses, "a CPLP é só negócios". Em nota enviada ao Expresso, a CPLP garante que tem vindo a desenvolver "esforços de sensibilização dos órgãos públicos dos Estados-membros para a necessidade de reforçarem a sua cooperação com Moçambique em áreas que hoje se mostram como prioritárias em face da natureza e da violência destes ataques". Entretanto, a ONU alerta que poderá haver em breve um milhão de deslocados em Cabo Delgado e que foram assegurados apenas 5% do montante global pedido para a ajuda humanitária na região.

Com ÂNGELA SILVA
hgomes@expresso.imprensa.pt